SNS entra no inverno com 3 mil camas ocupadas por doentes já com alta

written by O Cidadão | 26 de Novembro, 2026



Cerca de 3.000 pessoas continuam internadas após terem alta clínica, uma situação que os administradores hospitalares consideram ser o "***principal constrangimento***" do SNS à entrada do inverno, com consequências nas urgências e na atividade programada.

"***Obviamente que é muito preocupante que estejamos a entrar no inverno com 3.000 camas ocupadas com doentes que, de facto, não deviam estar no hospital***", adiantou hoje à agência Lusa o presidente da Associação Portuguesa de Administradores Hospitalares (APAH).

Segundo Xavier Barreto, as camas ocupadas com estes casos

representam quase 15% da capacidade de internamento do Serviço Nacional de Saúde (SNS) e equivalem, por comparação, a três grandes hospitais, tendo em conta que os maiores do país têm cerca de mil camas cada.

Dados disponibilizados hoje à Lusa pela Direção Executiva do SNS (DE-SNS) indicam que no final de outubro estavam nos hospitais públicos **cerca de 1.200 utentes a aguardar a sua admissão na Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados** (RNCCI), incluindo em unidades de cuidados paliativos.

"***Nos últimos três meses, foi possível reduzir em cerca de 500 o número de utentes em espera***", salientou a DE-SNS, que atribuiu essa diminuição ao alargamento da oferta, adiantando que diversas unidades vão iniciar atividade nas próximas semanas, na sequência de um "***processo de planeamento e execução iniciado há cerca de dois anos e do alargamento dos cuidados domiciliários***", através das equipas do projeto-piloto implementado em 31 das 39 unidades locais de saúde.

Quanto às situações de **internamento prolongado por falta de resposta social ou familiar**, a direção executiva avançou que existiam cerca de **1.300 utentes** nessa situação, dos quais pouco mais de 200 aguardavam uma resposta de familiares para regresso ao domicílio ou para lares de idosos privados, com as famílias a assumirem o encaminhamento.

Outros 500 utentes continuam nos hospitais a aguardar uma decisão judicial, ao abrigo do Regime Jurídico do Maior Acompanhado, com a DE-SNS a sublinhar que essas situações não devem ser somadas aos restantes casos, alegando que representam uma "***condição jurídica e não um destino de alta***".

Para Xavier Barreto, este volume de camas ocupadas indevidamente nos hospitais públicos "***terá consequências certamente para a atividade programada***", uma vez que, quando as urgências registarem maior procura, "***as camas começam a ser necessárias para doentes que são internados a partir do***

serviço de urgência".

"***Quando essas camas começam a escassear, a primeira atividade que sofre é a programada, ou seja, cirurgias programadas que têm que ser canceladas***", alertou o presidente da APAH.

Outro efeito que tem sido "***muito visível nos últimos invernos***" é permanência de doentes nos serviços de urgência, durante muitas horas e até dias, à espera de uma cama para que possam ser internados, referiu o representante dos administradores hospitalares.

"***E, portanto, estamos a falar de um impacto enorme na atividade do SNS. Eu diria que o principal constrangimento ao funcionamento do Serviço Nacional de Saúde durante o inverno tem sido estas camas ocupadas com estes doentes***", salientou Xavier Barreto.

Adiantou ainda que este é um problema que estende à generalidade das unidades locais de saúde do país, mas que tem maior impacto nos grandes centros, onde se verifica maior pressão.

Xavier Barreto apontou o exemplo do Hospital Amadora-Sintra, subdimensionado para a população que serve atualmente, e que regista períodos em que "***30% ou 40% das camas estão ocupadas com doentes que não deviam lá estar***".

"***É muito difícil colocar uma urgência como a do Amadora-Sintra a funcionar normalmente se lá têm dezenas de doentes à espera de uma cama***", avisou o presidente da APAH, para quem a resposta ao problema tem de passar pelo reforço das equipas de cuidados domiciliários.

À entrada para inverno, período de maior pressão nas urgências devido ao aumento de infeções respiratórias, Xavier Barreto disse ainda esperar que não se verifiquem "***grandes alterações, ou pelo menos grandes interrupções, no serviço relacionados com tarefeiros***".

Isto porque os hospitais ainda não conhecem a tabela de pagamento a esses médicos que prestam serviço maioritariamente nas urgências, com a ministra da Saúde, Ana Paula Martins, a reconhecer que essa portaria tem de ser publicada nos próximos dias.

“***Obviamente que também existe sempre uma preocupação latente com a questão dos tarefeiros, mas a maior preocupação neste momento é, de facto, esta questão dos internamentos sociais. Enquanto tivermos essas 3.000 camas ocupadas com estes doentes, os hospitais nunca vão conseguir dar uma boa resposta nos seus serviços de urgência***“, alertou.

OC/MP